



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

**TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO**

Processo nº: **0000699-54.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas**  
 Documento de Origem: **IP - 329/2013 - 1º Distrito Policial de São Carlos**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **José Fernando Bauman Filho**

Aos 06 de junho de 2016, às 15:00h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu José Fernando Bauman Filho, acompanhado de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. Prosseguindo foram ouvidas três testemunhas de defesa e interrogado o réu. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Pela Dra. Promotora foi dito:**“MM. Juiz: JOSÉ FERNANDO BAUMAN FILHO, qualificado a fls.29/33, foi denunciado como incurso no artigo 12 da Lei 10.826/03, porque em 19.12.13, por volta de 07h00, nas dependências do Sítio Canãa, zona rural, nesta cidade e Comarca, possuía e mantinha sob sua guarda nas dependências de sua residência, arma de fogo de uso permitido, qual seja, uma espingarda, sem marca e numeração aparentes, calibre 28, cano longo, municiado com seis cartuchos íntegros, e mais dois cartuchos deflagrados, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Recebida a denúncia em 02 de julho de 2014 (fls. 66), o réu foi citado (fls. 77) e apresentou resposta à acusação (fls. 79/81). Durante a instrução, foram ouvidas duas testemunhas arroladas pela acusação (fls. 131), três pela defesa e interrogado o réu. **A ação penal deve ser julgada integralmente PROCEDENTE**. A materialidade delitiva restou comprovada pelo mandado de busca e apreensão domiciliar de fls. 03/10, pelo boletim de ocorrência de fls. 11/13, pelo auto de exibição e apreensão de fls. 14, pelo laudo pericial que atestou a lesividade da arma e munições apreendidas (fls. 56/57), bem como pela prova oral colhida. A autoria também é certa. Evidenciam os autos que o acusado, nos locais e tempo descritos pela denúncia, possuía e mantinha sob sua guarda nas dependências de sua residência, arma de fogo de uso permitido, consistente em uma espingarda, sem



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

## COMARCA DE SÃO CARLOS

### 3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

marca e numeração aparentes, calibre 28, cano longo, coroa de madeira, cano 5051, municiado com 06 (seis) cartuchos íntegros, e mais dois cartuchos deflagrados, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Segundo o apurado, policiais militares ambientais em cumprimento a mandado de busca da Justiça Federal local, dirigiram-se até o referido sítio. Lá chegando, encontraram no quintal, debaixo de uma mangueira, um tubo de PVC, e dentro dele a referida espingarda. Em outro tubo foram encontrados os cartuchos (íntegros e deflagrados). A referida arma era de propriedade do acusado, conhecido com “Carijó”, apontado como antigo e experiente caçador da região de São Carlos, sendo que por tal motivo foi expedido o mandado de busca pelo Juízo Federal (fls. 06/10). A arma de fogo e as munições foram periciadas, restando comprovado que elas estavam aptas à realização de disparos (fls. 56/57). O denunciado não possuía autorização para manter sob sua guarda a arma de fogo e a munições apreendidas. Inconteste, portanto, a prática do crime. O réu, em Juízo, negou a acusação dizendo que não era o dono da arma e que nem sabia que a mesma ali estava. Tal versão não é crível, já que o réu trabalhava no local a certo tempo e estava num local de fácil acesso. O policial Oberdan Carlos Moreira (fls. 129) informou que um grupo de policiais foi deslocado para região de São Carlos, a fim de dar cumprimento a um mandado de busca e apreensão. Que o acusado não estava presente. Que procederam a buscas na residência e encontraram uma espingarda desmontada com essas características. Estava debaixo de uma mangueira, junto a um resto de coisas velhas. Tal relato foi confirmado integralmente por seu companheiro de farda, Reginaldo Alves da Silva (fls. 130). Segundo ele, tratava-se de uma operação em conjunto do batalhão e na propriedade do acusado localizaram uma arma de fogo e munições. Já as testemunhas de defesa em nada contribuíram para o deslinde da causa. Note-se que o crime em questão é de perigo abstrato, configurando-se a prática delitiva com a simples posse e manutenção em depósito ilegal da arma de fogo de uso permitido, sem autorização ou em desacordo com determinação legal. Ressalte-se que tanto a arma quanto as munições apreendidas foram periciadas as fls. 56/57, concluindo-se pela potencialidade lesiva dos instrumentos bélicos, o que afasta qualquer alegação de que os artefatos não estavam aptos a causar danos a terceiros. Não havendo dúvida em relação à conduta do acusado e inexistindo causas excludentes da ilicitude ou dirimentes da culpabilidade, a condenação é medida que se impõe. Verifico que a pena-base pode ser aplicada no mínimo legal, diante das circunstâncias comuns ao delito e da primariedade do acusado. Não há circunstâncias agravantes ou atenuantes de pena. Nem tampouco causas de aumento ou de diminuição. O réu faz *jus* à substituição da pena privativa de liberdade por uma pena restritiva de direitos, conforme artigo 44, § 1º, do Código Penal. Diante do exposto, o Ministério Público insiste no pedido de CONDENAÇÃO do réu. **Pela defesa foi dito:** “MM. Juiz. requer-se a absolvição por falta de provas. Os policiais ouvidos em juízo não souberam esclarecer a autoria. O réu negou a acusação. Disse que é caseiro de um sítio, frequentado por muitas pessoas, com autorização do proprietário, onde se exerce pesca e eventualmente caça. Disse que a arma foi apreendida junto a uma pilha de outras coisas, fora de sua casa, escondida dentro de um cano, e que acredita fosse de propriedade de Joao Pedro Bassi ou



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

## COMARCA DE SÃO CARLOS

### 3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

de Nilton, pessoas costumavam frequentar a fazenda. As testemunhas de defesa disseram que o réu é boa pessoa, pai de seis filhos, que reside com a esposa e que jamais foi visto guardando ou utilizando arma de fogo. Como se vê, em que pese a apreensão demonstrativa da materialidade, não há prova segura acerca da autoria da arma, que poderia pertencer a qualquer um dos frequentadores do local e ali ter sido deixada. A prova das condutas “possuir” e “guardar” incumbia à acusação, que desse ônus, não se desfez. Deve por fim ser observado o artigo 155 do CPP, que proíbe a condenação com fundamento exclusivo em elemento informativo do inquérito policial. Ante o exposto, requer-se a absolvição com fundamento no artigo 386, VII, do CPP. Em caso de condenação, requer-se pena mínima, benefícios legais e recurso em liberdade. **Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença:** “VISTOS. JOSÉ FERNANDO BAUMAN FILHO, qualificado a fls.29/33, foi denunciado como incurso no artigo 12 da Lei 10.826/03, porque em 19.12.13, por volta de 07h00, nas dependências do Sítio Canãa, zona rural, nesta cidade e Comarca, possuía e mantinha sob sua guarda nas dependências de sua residência, arma de fogo de uso permitido, qual seja, uma espingarda, sem marca e numeração aparentes, calibre 28, cano longo, municiado com seis cartuchos íntegros, e mais dois cartuchos deflagrados, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Recebida a denúncia (fls.66), houve citação e defesa preliminar, sem absolvição sumária (fls.82). Em instrução foram ouvidas duas testemunhas de acusação (fls.128/131). Nesta audiência foram ouvidas três testemunhas de defesa e interrogado o réu. Nas alegações finais o Ministério Público pediu condenação. A defesa pediu a absolvição. Subsidiariamente, pena mínima com os benefícios legais, bem como direito de recorrer em liberdade. **É o relatório. DECIDO.** A materialidade está provada pelo laudo de fls.56/57. Contudo, a prova não é suficiente para demonstrar que o réu conhecia a existência da arma no local e que agiu com dolo de possuir e manter sob sua guarda a referida arma. O expediente iniciou-se a partir de diligência feita pela Justiça Federal com base nas informações de fls.07/10, possivelmente fruto de investigação da polícia federal, mas sem qualquer assinatura ou demonstração da origem, porquanto que o documento de fls.07/10 não tem assinatura ou timbre de instituição ou órgão oficial. Nessas circunstâncias, pode-se apenas presumir mas não afirmar a autoria da investigação. De qualquer forma, o réu, nas duas vezes em que ouvido negou saber que a arma estava no local. Disse ter ficado sabendo que a arma pertencia a Joao Pedro Bassi e foi achada dentro de um tubo de PVC. Negou ter visto essa arma e, com isso, o dolo das condutas de que foi acusado. Os dois policiais ouvidos em mídia (fls.131) relataram que a arma foi encontrada no local. O policial Oberdan, lembrando-se com mais detalhes da ocorrência, declarou que a arma estava embaixo de uma mangueira, num amontoado de coisas. Não estava, portanto, dentro da residência do acusado, o que permitiria afirmar que ele era o dono ou, pelo menos, possuidor e guarda da arma. No inquérito, o policial Reginaldo declarou que a arma estava, de fato, no quintal, debaixo de uma mangueira, dentro de um tubo de PVC (fls.15). A prova oral da defesa indica que o local era um sítio. Anderson afirmou que a arma, segundo soube, foi achada longe da casa, dentro do tubo de PVC, sendo possível que alguém tenha deixado ela ali. Nunca ouvi dizer que o réu tivesse arma. Samuel



# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

afirmou conhecer o réu há cerca de dez anos e afirmou que ele não tem arma. Declarou que o local onde reside é uma área grande e muita gente vai pescar lá. O depoente ouviu dizer que a arma era de um rapaz já falecido, que ia pescar no local, João Bassi. José Nicola já entrou na casa do réu e nunca viu arma. Disse que o réu é caseiro num sítio grande. Assim, está a prova colhida em juízo, terminando com o interrogatório do réu em que ele nega posse e guarda da arma. É até possível que o réu possuísse e guardasse arma ali, mas a propriedade é, de fato, rural, como se vê nas fotos de fls.07/10, e a prova oral não é suficientemente segura para imputar ao réu o dolo de guardar ou possuir a arma, que não estava na sua residência, mas embaixo de uma árvore, num amontoado de coisas, situação que, no caso, gera dúvida sobre ter ou não o réu conhecimento de sua existência ali. Se o réu era ou não caçador, como diz documento de fls.08, a prova oral não o confirmou em juízo. Não se sabe quem é o autor da afirmação de fls.08, ademais, e a prova do inquérito deve ser ratificada em juízo, pois não é possível a condenação única e exclusivamente com base no procedimento policial, nos termos do artigo 155 do CPP. Assim, com a prova colhida em juízo, que não esclarece a conduta do réu de forma suficiente, nem permite com segurança afirmar que ele sabia da existência da arma e a possuía e guardava, a absolvição por insuficiência de provas é de rigor. Vale destacar que na casa do réu, caseiro da propriedade rural, nada foi localizado. É possível que a arma fosse dele, mas a prova não autoriza esta conclusão, de maneira suficientemente segura. Pela análise das certidões criminais do acusado, e pela informação dada por ele em juízo, possivelmente já concluiu prazo de suspensão do processo do feito de fls.64. No entanto, a aludida falta de provas beneficia o acusado, não sendo caso de cogitar em eventual nova suspensão condicional. Ante o exposto, julgo **IMPROCEDENTE** a ação e **absolvo** José Fernando Bauman Filho com fundamento no art.386, VII, do Código de Processo Penal. Transitada em julgado, ao arquivo. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos Andre Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensor Público:

Ré(u):